

Deputado pernambucano propõe pena de morte

O deputado Gilson Machado, do PFL de Pernambuco, encaminhou à Assembléi Nacional Constituinte nada menos de 20 propostas de norma constitucional envolvendo desde a instituição da pena de morte até a responsabilização criminal dos administradores públicos por irregularidades ou abusos, com passagem por dispositivos que limitam as possibilidades de desapropriação da propriedade privada.

As iniciativas de Gilson Machado são uma consequência dos compromissos que assumiu durante a campanha eleitoral. A instituição da pena de morte, segundo o parlamentar pernambucano, é indispensável para refrear a escalada da violência no País e desestimular as ações criminosas. Quanto às desa-

propriações da propriedade privada, Gilson Machado entende que se trata de direito indisponível pelo Estado, assim somente passível de sustação mediante prévio pagamento em dinheiro e por notórias razões de interesse público e de ordem social.

REFORMA AGRÁRIA

Outra proposta de Gilson Machado objetiva retificar a estrutura fundiária do País, para efeito da reforma agrária, mas estabelece que a desapropriação atingirá restritivamente a propriedade improdutiva. O pagamento da indenização deverá ser realizado com títulos especiais da dívida pública, sujeitos a atualização monetária resgatáveis no prazo de 10 anos em parcelas anuais e sucessivas.